



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul
Conselho Municipal de Previdência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CMPS

ATA Nº. 010/ 2018

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito às dezessete horas e dez minutos, na sala onde funcionam as dependências da Tesouraria Municipal no prédio do Centro Administrativo Municipal, situado na Avenida Rio Branco, nº. 261 reuniu-se o Conselho Municipal de Previdência Social, por convocação de seu Presidente, senhor José Carlos Henrique da Luz, com o objetivo de apresentar ao Conselho Municipal de Previdência Social para apreciação e votação do relatório de gestão dos recursos financeiros do FAPS relativo ao primeiro trimestre de 2018 elaborado pelo Comitê de Investimentos, iniciada a reunião que contou com a presença dos conselheiros, Luiz Ronaldo Soares Martins, Jorcei Teixeira Marchant, Rosa Amara Silveira, Claudionice Soares Araújo e Rosi Mara Henrique Machado o presidente do Conselho e Gestor do RPPS senhor José Carlos Henrique da Luz disse que nos últimos dias as notícias que circulavam davam conta que a Polícia Federal havia deflagrado uma operação contra fraudes na gestão de fundos públicos e que entre eles encontravam-se o fundo Postal dos Correios e do Serviço Federal de Processamento de Dados, Serpros e também em Institutos de Previdência Municipais e Regimes Próprios de Previdência que somadas ultrapassavam a soma de R\$ 1,3 bilhões e que o fato não havia passado em branco pelo gestor do FAPS uma vez que isso não dizia respeito somente àqueles envolvidos, mas a todos os fundos públicos de previdência mesmo que não estivessem diretamente relacionados ao acontecido e que se tornava fonte de constante preocupação e que a cada ano que passava na condição de gestor de recursos financeiros do FAPS procurava imunizar o regime próprio no sentido de evitar ao máximo que eventuais fundos de fachadas sem lastro para suas operações e feitos por empresas com pouca ou nenhuma credibilidade no mercado financeiro e diante disso o critério que buscava melhor de selecionar os administradores e gestores de fundos era o credenciamento, e que a partir dele o refinamento das instituições e

dos produtos de investimentos e que a gestão de um regime próprio como um todo devia ser regido pelos princípios de boa fé, lealdade, diligência e da prudência mas e que devia ser aplicada quando da escolha dessas, continuando disse que o ano para o regime próprio em termos de investimento era o mais desafiador possível tendo em vista a ocorrência de muitos eventos no campo econômico, político e geopolítico e que o mais recente estava relacionado a região do Oriente Médio, mais especificamente com a consolidação do território da Síria e somado a isso tinha os decorrentes das variáveis da política econômica doméstica, visto que a queda da Taxa Selic de juros pouco refletia no resultado da economia, e o crescimento do PIB estava abaixo das expectativas de mercado mas que isso se devia em parte pelo hiato do produto onde a capacidade ociosa existente na economia ainda não tinha absorvido essas reduções nos juros com isso a inflação estava abaixo do esperado e com a retomada do crescimento e da confiança dos consumidores esse iria diminuir e atingir um ponto de convergência até atingir o que fora estipulado, seguindo apresentou o relatório do comitê de investimentos de acordo com o que constava da Política Anual de Investimentos que a rentabilidade acumulada foi de R\$ 1512.573,21 perfazendo 2,98% frente a uma meta atuarial de 1,89%, representando um ganho de 1,1027% frente a meta atuarial estabelecida, o patrimônio acumulado em aplicações financeiras foi de R\$ 52.490.300,82 a seguir apresentou a composição das carteiras por ativos o IMA B 5, Índice de Mercado ANBIMA com prazo de até 5 anos possuía em carteira aplicados o valor DE R\$ 13.480.598,88 dos recursos perfazendo 25,68%, o IDKA IPCA 2 A Índice de Duração Constante ANBIMA segmento 2 A COM 11.874.894,68 com 22,62% dos recursos, o IRFM 1 Índice de Mercado ANBIMA - LTN NTN F com prazo de até um ano de vencimento tinham em carteira aplicados 8.908.262,61 com 16,97% dos recursos, o CDI , Certificado de Depósito Interbancário com 8.730.415,62, 16,63%, o IMA B, Índice de Mercado ANBIMA NTN B com 5.725.698,77 com 10,90%, o IRF M, índice de Mercado ANBIMA LTN E NTN F com 2.304.673,59 com 4,39% o SMALL , BM7F BOVESPA SMALL CAPS com 1.063.807,27 concentrava 2,02% dos recursos aplicados já outros ativos com 401.958,40 tinham os restantes 0,76% do total dos

recursos da carteira do FAPS, os fundos de investimentos em que estavam aplicados os recursos que apresentaram melhores resultados em rentabilidade foram respectivamente Caixa Ações Valor Small Caps 9,70%, Caixa FI Brasil 2030 II, 5,54%, BB Prev. IMA B FI 5,02%, BB Prev. RF TP VI 4,71% e Caixa IRF M 3,88%, exceto o BB Perfil Previdenciário FIC FI e o Banrisul Foco IRF M1 que estavam com rentabilidade abaixo da meta atuarial todos os demais fundos haviam garantido bons resultados, justificando que tais fundos de investimentos por serem muito conservadores e tendo em vista que a Taxa Selic ainda estava em viés de redução estes fundos performaram muito abaixo da meta e que seria necessário reajustar a carteira com vistas a otimizar os resultados, diminuindo-se a concentração de recursos nos ativos que tinham como índice de referencia o CDI e o IRF M 1, após a apresentação do relatório o gestor perguntou aos conselheiros se poderia modificar as carteiras do FAPS com vistas ao atingimento de um melhor resultado, os mesmos retomando a palavra, disseram que o FAPS deveria fazer os ajustes necessários somente nas carteiras em que já possuísse recursos que não deveria correr muitos riscos e que quanto o sugerido pelo Comitê de Investimentos de que fossem alocados mais recursos financeiros no IRF M esses se dessem de forma gradual de forma a não expor a carteira a resultados que pudessem impactar negativamente já que num ano em que as indefinições e o cenário conturbado iria levar muita volatilidade ao mercado, aprovando desta forma o relatório, sugerindo ao gestor e o comitê de investimentos que cumpram a Política de Investimentos de forma a buscar a melhor rentabilidade sem expor o RPPS a riscos maiores. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que vai por todos os presentes assinada, em Encruzilhada do Sul, 18 de abril de 2018.